



DECRETO N.º 48.565, DE 29/04/2025.

PERMITE A TÍTULO PRECÁRIO O USO DE ÁREA PÚBLICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARACRUZ, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES CONTIDAS NO ARTIGO 74 DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, E DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL N.º 4.359, DE 30/12/2020 E DECRETO N.º 46.446, DE 10/05/2024.

DECRETA:

Art. 1º Fica permitido a título precário, a utilização de duas áreas de até 3,05 m<sup>2</sup>, totalizando 6,10m<sup>2</sup>, conforme discriminado abaixo, ao Sr. **CLECIO DE SOUSA SILVA**, inscrito no CNPJ sob o n.º 40.171.665/0001-82, para exercer **atividades com PULA –PULA**, no período de **quinta -feira a domingo, das 17:00 às 22:00 horas**, conforme Processo Administrativo n.º 7.433/2025:

01 - 01(Um) Pula-Pula na **Praça do Bairro Jequitibá** - Rua José Nunes Vieira S/N - Aracruz/ES;

02 - 01 (um) Pula-Pula na **Praça da Cohab II** - Rua Ernesto Piona – S/Nº - Aracruz-ES.

Art. 2º A presente permissão de uso é feita a título precário, sem prazo determinado e sem direito a indenização por benfeitorias.

Art. 3º São deveres do usuário do bem público municipal:

I – Ocupar e desocupar o bem público no prazo determinado pela Administração Municipal, em conformidade com o disposto na Lei n.º 4.359/2020 e demais legislações afins, observando, rigorosamente, a finalidade de uso estabelecido pelo Poder Executivo;

II – zelar pelo bem público e promover todos os atos necessários à sua segurança, conservação e reparos, mantendo a área sempre limpa e urbanizada, livre de mato, lixo, insetos e outros animais nocivos à saúde pública, além de adotar as medidas necessárias para destinação correta dos resíduos sólidos e efluentes;

III – comunicar de todo e qualquer ameaça, ato de turbacão ou invasão, vandalismo, bem como de marginais;





IV – o imóvel, ou seu uso, não poderá ser concedido pelo usuário, no todo ou em parte;

V – arcar com as despesas referentes aos contratos.

Parágrafo único. O permissionário fica obrigado a proceder a limpeza da área no ato da desocupação para restituição ao município.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,

Prefeitura Municipal de Aracruz, 29 de abril de 2025.

**LUIZ CARLOS COUTINHO**  
Prefeito Municipal

